

estes vencer-me no campo de batalha, tenham fazê-lo adentro do Terreiro do Paço, com a mais vil das hipocrisias.

Assombrado, fêm assistido, a Nação e o Exército, ao indecoroso espetáculo, único na História, da mais completa, covarde e proposital inacção.

Era a catástrofe que se aproximava.

A revolta que vinha sentindo e calando num derradeiro sacrifício pela paz interna era a revolta da Nação e do Exército, ao verem os partidos erguerem-se novamente, com eles, a ameaça da sua guerra civil.

Sou português e sou soldado. Não quero ser cúmplice na traição ao Exército que comandei e comandou, e à Nação que em mim confiou e confia.

Em nome, pois, da Pátria, ergo de novo aquela espada que há quarenta anos a vem servindo na África, no Oriente e na Flan- dras, para de vez reabilitar, dignificar e nacionalizar a República.

Exército! Povo!

Viva a Pátria!

Viva a República!

Ainda a procissão vai no adro...

A's 17 horas, uma companhia de Sapadores dos Caminhos de Ferro, de baioneta calada e em linha de tiradores, saiu do Parque Eduardo VII com direcção ao Terreiro do Paço.

Quando passava pelo Rossio, junto ao posto do teatro Nacional, um popular ergueu alguns vivas à República e morras à ditadura militar.

Um dos oficiais que acompanhava a alusida companhia, bastante irritado com o protesto daquele popular, ergueu o stick e descarregou-o sobre o rosto do protestante. Depois, o referido oficial chamou um polícia e mandou prender o popular que teve a ousadia de erguer um viva "subversivo".

A força seguiu e uma vez no Terreiro do Paço dispersou os populares que ali se encontravam, estabelecendo um cordão que só permitia a passagem sob as arcadas.

Foram colocadas metralhadoras ligeiras, no centro da Praça, voltadas para as entradas das ruas da Prata, Augusta e Ouro.

O prémio de consolação...

O major sr. Sarmento Beires, que neste movimento temido um papel de destaque, dirigiu-se ontem à Rotunda, onde confroncou com os oficiais que comandam as forças ali acampadas.

Aos referidos oficiais fez sentir o heroísmo aéreo Lisboa-Macau e a inconveniência das suas atitudes que não se harmonizam com as normas constitucionais.

De um dos oficiais a quem se dirigiu o major Sarmento Beires, ouviu-se a seguinte declaração:

—Nós estamos aqui à ordem da Divisão a quem acabamos de dirigir a seguinte pergunta: se o sr. comandante Mendes Cabeças seja eleito ao ministério por motivo de doença, por quanto esteve ontem no ministério só se ausentando para ir a Sacavém onde reuniu o conselho de ministros.

Também houve uma reunião dos comandantes dos navios de guerra, deliberando acatar as ordens do ministro da marinha e do comandante geral da armada.

Aos referidos oficiais fez sentir o heroísmo aéreo Lisboa-Macau e a inconveniência das suas atitudes que não se harmonizam com as normas constitucionais.

De um dos oficiais a quem se dirigiu o major Sarmento Beires, ouviu-se a seguinte declaração:

—E qual foi a resposta?

—Ainda é ignorada por nós—respondem os interpelados.

Mendes Cabeças, presidente da República?

Na Universidade Livre reuniram-se ontem à tarde bastantes elementos republicanos, oficiais do exército e elementos revolucionários sociais.

Falou-se largamente sobre os acontecimentos e tomaram-se resoluções no sentido do povo republicano resistir a todas as tentativas de ditadura militar.

Ao terminar a reunião o major sr. Sarmento Beires informou os assistentes que, por decisão unânime dos oficiais da 1.ª Divisão, a presidência da República seria confiada ao sr. comandante Mendes Cabeças e no cargo de ministro do Interior seria investido o sr. comandante Afonso Cerqueira.

Foram suspensas as garantias constitucionais

Como se vivemos em época normal, foram suspensas as garantias. Assim o deputado Gomes da Costa por meio do seguinte editorial:

—Por ordem do governo da República ficam suspensas as garantias e proclamado o estado de sítio no distrito de Lisboa, ficando encarregado da manutenção da ordem pública, assumindo o governo militar da cidade de Lisboa o general comandante da 1.ª Divisão do Exército. —O presidente do governo: General Gomes da Costa.

Os "heróis", vaiados no Rossio

Depois do juramento de fidelidade à República prestado no Ministério do Interior,

católicos e huguenotes apoiavam Henrique IV, que opunha a bandeira da França ao pendão da Liga, em que se lia: Espanha. —Desmembramento da França. —Roma e o papa. —Inquisição. —Jesuitas.

Henrique IV, após a sua declaração de 4 de Agosto, recebeu juramentos de fidelidade do exército real e das tropas protestantes; mas a Liga recusou-se a reconhecer o poder deste rei hereje; os frades começaram a pregar o regicídio e a canonizar Tiago Clemente.

O bearnez, depois dum combate infrutífero contra Paris, marchou sobre a Normandia.

Dieppe foi-lhe entregue a péso de dinheiro. Ele começou assim a comprar, aos membros da Liga, cidades e províncias do seu reino, por preços exorbitantes, não a pronto pagamento, porque no tesouro não havia dinheiro, mas a prazos, garantidos por cartas régias.

O duque de Mayenne, à frente de dez mil homens, atacou Dieppe a 16 de Setembro de 1589; mas foi vencido na batalha de Arques. Animado por esta vitória, Henrique IV, no fim de Outubro, tornou a cercar Paris. No 1.º de Novembro, os arrabaldes de São Germaino, de São Miguel e São Tiago são tomados de assalto, mas, faltando-lhe artilharia, o bearnez não pôde continuar as suas vitórias, e retirou-se diante do exército católico, atravessou a Beauce, apoderou-se de muitas cidades, comprou os governadores de outras, e entrou em Tours a 21 de Novembro.

Neste mesmo dia, o duque de Mayenne fez-se proclamar, pelo Parlamento de Paris, tenente-general do reino, com as atribuições de realeza.

As ambiciosas vistas da casa de Lorena estavam enfim satisfeitas: já um dos seus estava investido da autoridade suprema; o duque de Mayenne reinava de facto, ocupava o trono de França. Era uma realeza de um dia, comprada a preço de meio século de guerras religiosas.

Em 1590, o cardeal Gaetano, enviado pontifício, foi recebido em Paris pela Liga no meio de estrondosas aclamações: este santo homem vinha aconselhar aos

chefes do pronunciamento militar atra- vessaram o Rossio entre um grande sussego da multidão, que a essa hora era numerosa.

Um dos circunstantes, distinguindo-se, dirigiu-se ao automóvel que conduzia os "heróis" e exclamou:

—Viva a República! Viva a Liberdade!

O general Carmona, que seguia no auto, rectificou irritado:

—Viva a República, não! Viva a Pátria, sim!

O automóvel avançou depois e da multidão ergueram-se as seguintes exclamações:

—Abaixa a Ditadura! Viva a República!

Viva o comandante Cabeças!

Notas diversas

Ao fim da tarde saíram do quartel do Carmo forças da G. N. R. encarregadas de desarmar os partidos ergueram-se as seguintes exclamações:

—Abaixa a Ditadura! Viva a República!

Viva o comandante Cabeças!

As chefes do pronunciamento militar atra- vessaram o Rossio entre um grande sussego da multidão, que a essa hora era numerosa.

Um dos circunstantes, distinguindo-se, dirigiu-se ao automóvel que conduzia os "heróis" e exclamou:

—Viva a República! Viva a Liberdade!

O general Carmona, que seguia no auto, rectificou irritado:

—Viva a República, não! Viva a Pátria, sim!

O automóvel avançou depois e da multidão ergueram-se as seguintes exclamações:

—Abaixa a Ditadura! Viva a República!

Viva o comandante Cabeças!

Notas diversas

Ao fim da tarde saíram do quartel do Carmo forças da G. N. R. encarregadas de desarmar os partidos ergueram-se as seguintes exclamações:

—Abaixa a Ditadura! Viva a República!

Viva o comandante Cabeças!

Notas diversas

As chefes do pronunciamento militar atra- vessaram o Rossio entre um grande sussego da multidão, que a essa hora era numerosa.

Um dos circunstantes, distinguindo-se, dirigiu-se ao automóvel que conduzia os "heróis" e exclamou:

—Viva a República! Viva a Liberdade!

O general Carmona, que seguia no auto, rectificou irritado:

—Viva a República, não! Viva a Pátria, sim!

O automóvel avançou depois e da multidão ergueram-se as seguintes exclamações:

—Abaixa a Ditadura! Viva a República!

Viva o comandante Cabeças!

Notas diversas

As chefes do pronunciamento militar atra- vessaram o Rossio entre um grande sussego da multidão, que a essa hora era numerosa.

Um dos circunstantes, distinguindo-se, dirigiu-se ao automóvel que conduzia os "heróis" e exclamou:

—Viva a República! Viva a Liberdade!

O general Carmona, que seguia no auto, rectificou irritado:

—Viva a República, não! Viva a Pátria, sim!

O automóvel avançou depois e da multidão ergueram-se as seguintes exclamações:

—Abaixa a Ditadura! Viva a República!

Viva o comandante Cabeças!

Notas diversas

As chefes do pronunciamento militar atra- vessaram o Rossio entre um grande sussego da multidão, que a essa hora era numerosa.

Um dos circunstantes, distinguindo-se, dirigiu-se ao automóvel que conduzia os "heróis" e exclamou:

—Viva a República! Viva a Liberdade!

O general Carmona, que seguia no auto, rectificou irritado:

—Viva a República, não! Viva a Pátria, sim!

O automóvel avançou depois e da multidão ergueram-se as seguintes exclamações:

—Abaixa a Ditadura! Viva a República!

Viva o comandante Cabeças!

Notas diversas

As chefes do pronunciamento militar atra- vessaram o Rossio entre um grande sussego da multidão, que a essa hora era numerosa.

Um dos circunstantes, distinguindo-se, dirigiu-se ao automóvel que conduzia os "heróis" e exclamou:

—Viva a República! Viva a Liberdade!

O general Carmona, que seguia no auto, rectificou irritado:

—Viva a República, não! Viva a Pátria, sim!

O automóvel avançou depois e da multidão ergueram-se as seguintes exclamações:

—Abaixa a Ditadura! Viva a República!

Viva o comandante Cabeças!

Notas diversas

As chefes do pronunciamento militar atra- vessaram o Rossio entre um grande sussego da multidão, que a essa hora era numerosa.

Um dos circunstantes, distinguindo-se, dirigiu-se ao automóvel que conduzia os "heróis" e exclamou:

—Viva a República! Viva a Liberdade!

O general Carmona, que seguia no auto, rectificou irritado:

—Viva a República, não! Viva a Pátria, sim!

O automóvel avançou depois e da multidão ergueram-se as seguintes exclamações:

—Abaixa a Ditadura! Viva a República!

Viva o comandante Cabeças!

Notas diversas

As chefes do pronunciamento militar atra- vessaram o Rossio entre um grande sussego da multidão, que a essa hora era numerosa.

Um dos circunstantes, distinguindo-se, dirigiu-se ao automóvel que conduzia os "heróis" e exclamou:

—Viva a República! Viva a Liberdade!

O general Carmona, que seguia no auto, rectificou irritado:

—Viva a República, não! Viva a Pátria, sim!

O automóvel avançou depois e da multidão ergueram-se as seguintes exclamações:

—Abaixa a Ditadura! Viva a República!

Viva o comandante Cabeças!

Notas diversas

As chefes do pronunciamento militar atra- vessaram o Rossio entre um grande sussego da multidão, que a essa hora era numerosa.

Um dos circunstantes, distinguindo-se, dirigiu-se ao automóvel que conduzia os "heróis" e exclamou:

—Viva a República! Viva a Liberdade!

O general Carmona, que seguia no auto, rectificou irritado:

—Viva a República, não! Viva a Pátria, sim!

O automóvel avançou depois e da multidão ergueram-se as seguintes exclamações:

—Abaixa a Ditadura! Viva a República!

</div

O caso do Banco Angolo e Metrópole

Representação dirigida ao sr. ministro da Justiça por Artur Virgílio Alves dos Reis e seu advogado dr. José Soares da Cunha e Costa

Ex.º Sr. Ministro da Justiça:

Artur Virgílio Alves Reis, preso sem culpa formada desde o dia 6 de Dezembro de 1925, ou seja há 19 dias, dos quais 102 de rigorosa incomunicabilidade, até para sua mulher, filhos e advogado, com menosprezo total da Constituição da República e demais legislação aplicável, vem respeitosamente queixar-se ao Governo de que V. Ex.º faz parte, em especial, a V. Ex.º, na qualidade de Ministro da Justiça desse Governo, dos factos que, sumariamente passo a relatar, dando aqui como reproduzida a matéria da representação que sua mulher D. Maria Luiza Jacobetty d'Azevedo Alves Reis dirigiu, em tempos, ao Congresso da República, e a que V. Ex.º bem como a todo o professorado das duas Faculdades de Direito de Coimbra e Lisboa, e ainda a todos os membros da Magistratura Judicial e do Ministério Público foi oportunamente encaminhada.

A situação de que V. Ex.º faz parte trouxe conta do governo e administração do país por imposição da força pública de terra e mar, em nome da Nação.

Propõe-se essa situação, no dizer das suas figuras representativas, emanar o governo e administração do país da ação, que classifica de nefasta, das várias clientelas políticas que no poder se têm sucedido ou, fora dele, o disputam.

Trata-se, pois, de uma situação que pretende governar e administrar o país, exclusivamente inspirada no interesse público, livre da tutela de todas as oligarquias políticas e financeiras, ou antes politico-financeiras, e pondo acima das múltiplas e graves preocupações que o momento sugere a administração de uma justiça igual para todos e escrupulosamente respeitadora daqueles direitos e daquelas garantias individuais que há 15 anos a Constituição da República consignou, e há outros tantos, o Executivo, com a sanção do Legislativo, sistemáticamente atropelada.

Se tais são os votos do Exército e da Armada, e se o Governo de que V. Ex.º faz parte está decidido a realizarlos com a mesma isenção e firmeza de que as forças públicas de Terra e Mar têm, até agora, dado inequivocas provas, nenhuma dúvida resta ao suplicante de que as suas queixas serão tomadas na devida consideração e terão o remedio urgente que as circunstâncias impõem.

Talvez o contrário pareça dever concluir-se da fato de o Governo ter deixado publicar a lei de exceção n.º 1.873, sem a menor lhe haver introduzido as emendas votadas pelo Senado e rejeitadas in limine pela Câmara dos Deputados.

E' de presumir que ao Exército e à Armada não agrada essa sanção de um dos aspectos mais torpemente injurídicos da forma do Congresso dissolvido, com o requite de nem sequer ter sido tomada em consideração a atitude do Senado, sempre mais ponderado do que a Câmara dos Deputados, como, na espécie, se verifica do respectivo debate parlamentar e das numerosas e importantes emendas pelo mesmo Senado votadas.

Fica assim no público a impressão de que o Governo de que V. Ex.º faz parte, assobiado pelas muitas e inevitáveis dificuldades do momento, não dispõe do vagar necessário para examinar e pesar o dossier da Lei n.º 1.873.

Tudo isso, porém, tratando-se de uma Lei cuja publicação é nula, e de uma situação que possue todos os poderes, incluindo o de legislar, é reparável; e, para que o seja, respeitosamente chama o suplicante a atenção do Governo e de V. Ex.º para os factos que passa a expor.

A' investigação policial do caso chama do Angolo e Metrópole tem presidido, desde o seu inicio, o mais destemperado arbitrio.

Essa investigação teve duas fases: uma que vai até à Lei de exceção n.º 1.829; a outra, desde essa Lei até ao presente.

Durante aquela primeira fase estiveram as investigações a cargo do sr. dr. Pinto de Magalhães, que foi obrigado a abandoná-las na altura em que pretendia proceder contra determinados funcionários do Banco de Portugal.

Como intangível fôsse a probidade pessoal e profissional desse magistrado, foi dado à imprensa o mot d'ordre da sua imputabilidade, e ainda o de que a marcha das suas investigações obedecera às sugestões do suplicante.

Fica assim no público a impressão de que o Governo de que V. Ex.º faz parte, assobiado pelas muitas e inevitáveis dificuldades do momento, não dispõe do vagar necessário para examinar e pesar o dossier da Lei n.º 1.873.

Tudo isso, porém, tratando-se de uma Lei cuja publicação é nula, e de uma situação que possue todos os poderes, incluindo o de legislar, é reparável; e, para que o seja, respeitosamente chama o suplicante a atenção do Governo e de V. Ex.º para os factos que passa a expor.

A' investigação policial do caso chama do Angolo e Metrópole tem presidido, desde o seu inicio, o mais destemperado arbitrio.

Essa investigação teve duas fases: uma que vai até à Lei de exceção n.º 1.829; a outra, desde essa Lei até ao presente.

Durante aquela primeira fase estiveram as investigações a cargo do sr. dr. Pinto de Magalhães, que foi obrigado a abandoná-las na altura em que pretendia proceder contra determinados funcionários do Banco de Portugal.

Como intangível fôsse a probidade pessoal e profissional desse magistrado, foi dado à imprensa o mot d'ordre da sua imputabilidade, e ainda o de que a marcha das suas investigações obedecera às sugestões do suplicante.

A verdade, nua e crua, era inteiramente outra. A verdade é que o sr. dr. Pinto de Magalhães nunca se prestou a criado de serviço do Poder Executivo que, ao mesmo tempo que, por um lado, fingia dar-lhe inteira liberdade de ação, por outro lado lhe impunha que nenhuma prisão de vulto efectuasse sem o ouvir. A verdade ainda é que o suplicante, encontrando-se em face de um magistrado, que procurava acertar, desse por onde desse e desse a quem desse, se abriu com ele. Se, portanto, algum sugestionado houve no caso, esse não foi decretado o sr. dr. Pinto de Magalhães.

Acresce que ainda com esse magistrado foram sempre rigorosamente cumpridos os artigos 974.º, 978.º, 986.º, 914.º, 916.º e outros da N. R. J., não havendo a recaer, da sua parte nem perguntas sugestivas, nem cívilosas, nem acompanhadas de dolosas persuações, falsas promessas ou ameaças. E também deles não eram de temer as buscas e apreensões efectuadas com total menosprezo das imperativas disposições dos artigos 914.º e 916.º da N. R. J., e os abusos que adeante vão concretamente narrados.

Violentamente arredado o sr. dr. Pinto de Magalhães da direcção das investigações, vieram os decretos n.º 11339 e n.º 11381, e a Lei de exceção n.º 1.829 investir no cargo um Juiz do Supremo Tribunal de Justiça.

Tal nomeação, subversiva dos mais conservadores princípios da organização judiciária, pois até poderia dar-se o caso de um juiz de 3.ª classe vir a pôr em cheque um magistrado da nossa Cassação, foi muito mal recebida pela Magistratura, ati-

tude com que, aliás, o nomeado se não incomodou.

Dos termos «sem limitação de qualquer espécie» que se continham nos diplomas acima invocados, conclui o sr. dr. Joaquim Augusto Alves Ferreira que estava investido de poderes descrpcionários, inclusivamente de suspender a Constituição e restringir os direitos nesta consignados.

Por esse caminho, que o n.º 38.º do art.º 3.º da Constituição e até o respectivo debate parlamentar formalmente excluiam, enveredou S. Ex.º, e é a maioria dos seus auxiliares, imbuídos do mesmo espírito, não houve abuso de poder que, no decorrer dessa segunda fase das investigações, não tivessem praticado, inclusivamente de violarem os dossiers do advogado do suplicante e, o que, praticamente, ainda é por, de lhes poder ser legalmente imputada a perda, destruição, extravio ou sumeção de muitos dos documentos que deveriam servir à defesa do suplicante.

B) Assim, tendo o sr. dr. Pinto de Magalhães manifestado o empenho de que o suplicante documentasse várias declarações que, verbalmente, lhe fizera, ofereceu-se Alves Reis para ir ao escritório da firma Alves Reis Ltda., sita na rua de São Nicolau, 13, 2.º, escolher vários dossiers do arquivo da mesma firma e do seu arquivo particular, sob a conduta de todos esses dossiers serem examinados na sua prese-

ncia. Aceitou aquelle magistrado o oferecimento do suplicante, tendo-se, para tanto, organizado uma brigada de buscas, composta pelos chefes Pereira dos Santos e Xavier, e agentes Paulitos e Madureira.

Testemunharam a diligência, por ordem do sr. dr. Pinto de Magalhães, os sr. Francisco Augusto Ferreira Junior (então em liberdade), Manoel Tavares Festa, e o empregado de contabilidade da firma Alves Reis Ltda., de nome Américo.

A diligência foi feita com todas as formalidades prescritas nos art.ºs 914.º e 916.º da N. R. J., mencionando-se até, no respectivo auto, lavrado pelo agente Madureira, os gabineteiros móveis onde se encontravam os dossiers, que se iam retirando.

Como os dossiers e copiadores fôssem muitos e a hora já fôsse adiantada, resolvem os chefes, antes nomeados, de acordo com o suplicante, meter todos os dossiers, copiadores e papéis avisos, pelo mesmo suplicante escolhidos, numa mala preta de folha de aço existente no escritório da firma Alves Reis Ltda., a qual tinha na tampa um rótulo verde (1.ª classe) da Companhia Nacional de Navegação com o nome de Alves Reis.

Naquele dia, os papéis apreendidos foram por ele rubricados, pela razão simples de que nunca para tanto foi chamado. Se porventura a sua rúbrica aparecesse suprida por alguma testemunha, o auto é falso.

Presume o suplicante que a todos os autos de busca faltou a menção do número e qualidade dos papéis ou objectos apreendidos e o respectivo reconhecimento, ou não reconhecimento, pelo mesmo suplicante.

Diz a lei expressamente (N. R. J., art. 916.º § 4.º) que os papéis e objectos, que não tiverem relação com o crime, não poderão ser apreendidos.

Pois nesse capítulo até cartas particulares da esposa do suplicante a este foram apreendidas e, o que é pior, comunicadas à imprensa, em fragmentos, para gaudio da imprensa, onde aí se achava a sua rúbrica.

Não se recorda o suplicante da data em que tal diligência se efectuou, mas lembra-se bem de que nesse mesmo dia do mês de dezembro houve uma manifestação da C. G. T. ao Parlamento como protesto contra as deportações sem julgamento dos chamados «Legionários».

Em meados de Janeiro, quando, por intermédio do agente Pereira dos Santos, já entregues as investigações ao sr. dr. Joaquim Augusto Alves Ferreira, e seus auxiliares, o suplicante reclamou a mala de aço, onde apartara muitos dos documentos necessários à sua defesa, soube por aquele agente que a referida mala fôr mandada arrumar pelos actuais investigadores, e se achava num cofre do Credit e não no Credito Predial, afirmação esta de que poderá talvez ser exacta a primeira parte, mas a segunda é com certeza pura invenção.

Será bom registrar que só em meados de Janeiro o suplicante teve alguém a quem reclamar a aludida mala, pois desde 1.º de Janeiro até 14 ou 15 desse mês ninguém saíndo-se, como se sabe, que o sr. dr. Joaquim Augusto Alves Ferreira conta, para os efeitos da duração da incomunicabilidade e da prisão sem culpa formada, não só se negou a responder a qualquer, tanto mais quanto, até depôr como testemunha, lhe foi recusada a assistência da seu advogado.

G) Uma carta rogatória, expedida pelas Justiças da Haya para inquirição do suplicante e outros, foi àquele apresentada nos textos holandeses e franceses, e não em português, como o deveria ter sido, nos termos da lei.

Nessa carta se formulavam, salvo êrro, 30 preguntas, mas pretendia a invenção que com grande peso do chefe das investigações, como se deduz, dêste tópico a famosa entrevista dada ao mesmo dia.

— E' um crime de lesa-pátria! Mas veja isto! — não encontro no Código onde meter.

Porém, o temor reverencial a certas entidades resistiu ao malogro dessas duas farsas, como resistiu a tudo!

Dá... a ténia!

M) Para que V. Ex.º e o Governo de que V. Ex.º faz parte tenham a noção de que o rácimo do desorientado Arbitrio que as actuais investigações tem presidido, bastará citar as últimas prisões efectuadas, quais sejam as do sr. dr. Pacheco de Amorim e a de Avelino Teixeira, pagador do Banco Angolo e Metrópole.

O sr. dr. Pacheco de Amorim, absolutamente ignorante de tudo quanto a investigação pretende investigar, fôr escolhido para a situação que naquele Banco ocupava precisamente pela sua intelectual moral que, em todo o país mas, principalmente, do Mondego para o Norte, estava e está fora de discussão.

Nesse caso se formulavam, salvo êrro, 30 preguntas, mas pretendia a invenção que com grande peso do chefe das investigações, como se deduz, dêste tópico a famosa entrevista dada ao mesmo dia.

— E' um crime de lesa-pátria! Mas veja isto! — não encontro no Código onde meter.

Porém, o temor reverencial a certas entidades resistiu ao malogro dessas duas farsas, como resistiu a tudo!

Dá... a ténia!

M) Para que V. Ex.º e o Governo de que V. Ex.º faz parte tenham a noção de que o rácimo do desorientado Arbitrio que as actuais investigações tem presidido, bastará citar as últimas prisões efectuadas, quais sejam as do sr. dr. Pacheco de Amorim e a de Avelino Teixeira, pagador do Banco Angolo e Metrópole.

O sr. dr. Pacheco de Amorim, absolutamente ignorante de tudo quanto a investigação pretende investigar, fôr escolhido para a situação que naquele Banco ocupava precisamente pela sua intelectual moral que, em todo o país mas, principalmente, do Mondego para o Norte, estava e está fora de discussão.

Nesse caso se formulavam, salvo êrro, 30 preguntas, mas pretendia a invenção que com grande peso do chefe das investigações, como se deduz, dêste tópico a famosa entrevista dada ao mesmo dia.

— E' um crime de lesa-pátria! Mas veja isto! — não encontro no Código onde meter.

Porém, o temor reverencial a certas entidades resistiu ao malogro dessas duas farsas, como resistiu a tudo!

Dá... a ténia!

M) Para que V. Ex.º e o Governo de que V. Ex.º faz parte tenham a noção de que o rácimo do desorientado Arbitrio que as actuais investigações tem presidido, bastará citar as últimas prisões efectuadas, quais sejam as do sr. dr. Pacheco de Amorim e a de Avelino Teixeira, pagador do Banco Angolo e Metrópole.

O sr. dr. Pacheco de Amorim, absolutamente ignorante de tudo quanto a investigação pretende investigar, fôr escolhido para a situação que naquele Banco ocupava precisamente pela sua intelectual moral que, em todo o país mas, principalmente, do Mondego para o Norte, estava e está fora de discussão.

Nesse caso se formulavam, salvo êrro, 30 preguntas, mas pretendia a invenção que com grande peso do chefe das investigações, como se deduz, dêste tópico a famosa entrevista dada ao mesmo dia.

— E' um crime de lesa-pátria! Mas veja isto! — não encontro no Código onde meter.

Porém, o temor reverencial a certas entidades resistiu ao malogro dessas duas farsas, como resistiu a tudo!

Dá... a ténia!

M) Para que V. Ex.º e o Governo de que V. Ex.º faz parte tenham a noção de que o rácimo do desorientado Arbitrio que as actuais investigações tem presidido, bastará citar as últimas prisões efectuadas, quais sejam as do sr. dr. Pacheco de Amorim e a de Avelino Teixeira, pagador do Banco Angolo e Metrópole.

O sr. dr. Pacheco de Amorim, absolutamente ignorante de tudo quanto a investigação pretende investigar, fôr escolhido para a situação que naquele Banco ocupava precisamente pela sua intelectual moral que, em todo o país mas, principalmente, do Mondego para o Norte, estava e está fora de discussão.

Nesse caso se formulavam, salvo êrro, 30 preguntas, mas pretendia a invenção que com grande peso do chefe das investigações, como se deduz, dêste tópico a famosa entrevista dada ao mesmo dia.

— E' um crime de lesa-pátria! Mas veja isto! — não encontro no Código onde meter.

Porém, o temor reverencial a certas entidades resistiu ao malogro dessas duas farsas, como resistiu a tudo!

Dá... a ténia!

M) Para que V. Ex.º e o Governo de que V. Ex.º faz parte tenham a noção de que o rácimo do desorientado Arbitrio que as actuais investigações tem presidido, bastará citar as últimas prisões efectuadas, quais sejam as do sr. dr. Pacheco de Amorim e a de Avelino Teixeira, pagador do Banco Angolo e Metrópole.

O sr. dr. Pacheco de Amorim, absolutamente ignorante de tudo quanto a investigação pretende investigar, fôr escolhido para a situação que naquele Banco ocupava precisamente pela sua intelectual moral que, em todo o país mas, principalmente, do Mondego para o Norte, estava e está fora de discussão.

Nesse caso se formulavam, salvo êrro, 30 preguntas, mas pretendia a invenção que com grande peso do chefe das investigações, como se deduz, dêste tópico a famosa entrevista dada ao mesmo dia.

— E' um crime de lesa-pátria! Mas veja isto! — não encontro no Código onde meter.

Porém, o temor reverencial a certas entidades resistiu ao malogro dessas duas farsas, como resistiu a tudo!

Dá... a ténia!

M) Para que V. Ex.º e o Governo de que V. Ex.º

A BATALHA

A situação complicou-se: O proletariado deve estar em guarda.

Nos comités militares do Porto estão metidos monárquicos

PORTO, 16.—A carta que o tenente sr. Barros publicou hoje na imprensa, causou entre o público bastante sensação—pela sua clareza, pela sua energia, pelos seus pontos esclarecedores acerca da tramóia que alguns oficiais da 3.ª divisão—que se supõem seriam monárquicos a pescarem nas águas turvas—andam para aí a desenvolver.

Como a achamos interessante e deveras elucidativa, não resistimos à tentação de a transcrever, sendo nosso apenas o itálico:

Mr. Redactor:—Tendo lido no número de ontem o seu conceituado jornal, e no *Seculo* de hoje, a notícia de que os oficiais da 3.ª Divisão do Exército haviam feito, ou iam fazer, certas imposições ao actual governo—eu, como oficial da guarnição do Porto que me preso de ser, mas oficial que conscientemente cumpre os seus deveres e conscientemente exerce os seus direitos, informo V. que essa notícia carece de fundamento, por quanto nem eu a tal respeito fui até hoje ouvidos, nem, pelo menos que eu saiba, igualmente foi consultada a grande maioria dos meus camaradas de todos as unidades da guarnição.

Nestas circunstâncias, portanto, se alguma exigência ha feita, a sua responsabilidade compete exclusivamente a uma minoria insignificante, que de modo algum representa a oficialidade da Divisão, que até hoje, que me conste, não conferiu a quem quer que fosse poderes para que em nome colectivo fale e imponha... como quem tem a Divisão na barriga.

E agora, sr. Redactor, lavrado o meu protesto, permita-me V. umas breves considerações sobre as tão faladas exigências. Pelo que veio a lume na imprensa, vê-se que uma delas é o afastamento do sr. Comandante Cabeçadas da governação pública, por, segundo dizem, ser político, e com políticos manter relações e compromissos, e a sua substituição pelo sr. Comandante Filomeno da Câmara, que com os srs. generais Gomes da Costa e Carmona constituiu um triunvirato ao qual seria confiada a gerência da pasta do Interior.

Simelhante imposição não resiste a dois minutos de critica imparcial e desassombrada.

Senão, vejamos;

1.º—Se o comandante Cabeçadas é político, igualmente o é o sr. tenente Filomeno, que ainda na extinta legislatura, de tão triste memória ocupou um fauteuil nas bancadas nacionalistas, não sendo portanto pálpito a vantagem de tal substituição.

2.º—Se os reclamantes pretendem que o triunvirato seja constituído por três representantes da força armada, e se indicam como delegados do Exército os que fazem parte, os nomes dos srs. generais Gomes da Costa e Carmona, justo e lógico seria que à Marinha de Guerra facultasse ampla liberdade de escolha do 3.º nome, como sendo o seu representante.

Duma maneira geral acerca da imposição, a minha opinião é que, neste conflito, o Exército apenas deve ser um fiel mandatário da Nação que lhe paga, e que, portanto, a nenhum dos seus membros assiste o direito de se veler a oportunidade para fazer vingar caprichos menos legítimos ou pontos de vista estritamente pessoais, que o País não perfitia nem aplaude.

O que a Nação unanimemente reclama é um governo que honestamente administre os dinheiros públicos, e que sem complacências nem tibiezas criminosa castigue todos os delinqüentes aos quais conveniências políticas hajam até hoje garantido a impunidade.

Ésta é que me parece ser a vontade da Nação que o Exército tem por dever fazer executar sem tergiversações e para essa empresa reconheço ao governo tal qual está competência e capacidade mais do que suficiente.

Está-se ou não a conhecer que os tais comités militares são obra de monárquicos distorcidos, como anteriormente a 19 de Janeiro?

E' por isso que os oficiais do regimento 32, de Penafiel, «que desde os momentos incertos se colocou ao lado do movimento, declararam publicamente que nada têm nem querem ligações com qualquer comité, cumprindo unicamente as ordens do general Gomes da Costa.»

E' por isso também que o espírito público, que se interessa pela marcha dos acontecimentos e se conserva apreensivo pelas prováveis surpresas, leu, avidamente, aqueles informes sobre o encontro com os delegados da 3.ª divisão que o delegado da 6.ª divisão, de Vila Real, teve em Lisboa, e em cuja reunião o último representante de Vila Real, tenente Silva, teria dito que «as reclamações das tropas da 3.ª divisão não tinham absolutamente importância»; que «alguns oficiais, em número muito diminuto, chefiados por dois indivíduos que tinham um papel importante na Traulitânia, haviam desistido de certos popólos, em face dos oficiais que se encontram no sul lhes mandar dizer que não tinham força suficiente para qualquer tentativa revolucionária...».

Estas notícias, transcritas pela imprensa de cá do jornal *A Tarde*, foram bastante comentadas, porque ninguém desconhece que há oficiais da... Traulitânia que tentam embarcar tudo... Estes testemunhos são óptimos... A declaração de que a 6.ª divisão só obedece a Mendes Cabeçadas foi bem recebida.

Que está na força?

Um protesto contra uma fanfarra-nada iníqua

A Direcção do Sindicato dos Compositores Tipográficos, apreciando as palavras do sr. Mousinho de Albuquerque publicadas na imprensa e nas quais afirmou que a vida dum jornal dependia da ação de três soldados, resolvem lavrar, o seu mais veemente protesto contra tais afirmações, lamentando que as pessoas investidas na salvaguarda nacional tenham em tão pouca consideração a vida dos jornais e a de quem neles trabalha.

«A BATALHA» no Funchal vende-se no Bureau de La Presse.

ATRAVÉS DA ÁFRICA

LOBITO, A GRANDE CIDADE MARITIMA DO FUTURO

Impressões do pôrto às primeiras horas da madrugada—Como se criou, rapidamente, o segundo centro comercial de Angola—O desenvolvimento da construção do caminho de ferro e a morosidade das obras do pôrto—O problema de "Katanga" de grande interesse para portugueses

Uma linda cidade que pode ser devorada pelo mar

Turvado pela ansiedade de desvendar e conhecer todas as riquezas, costumes pitorescos, mistérios seculares que se entusiasmam nos longínquos sertões destas terras da 3.ª Divisão do Exército haviam feito, ou iam fazer, certas imposições ao actual governo—eu, como oficial da guarnição do Porto que me preso de ser, mas oficial que conscientemente cumpre os seus deveres e conscientemente exerce os seus direitos, informo V. que essa notícia carece de fundamento, por quanto nem eu a tal respeito fui até hoje ouvidos, nem, pelo menos que eu saiba, igualmente foi consultada a grande maioria dos meus camaradas de todos as unidades da guarnição.

Nestas circunstâncias, portanto, se alguma exigência ha feita, a sua responsabilidade compete exclusivamente a uma minoria insignificante, que de modo algum representa a oficialidade da Divisão, que até hoje, que me conste, não conferiu a quem quer que fosse poderes para que em nome colectivo fale e imponha... como quem tem a Divisão na barriga.

E agora, sr. Redactor, lavrado o meu protesto, permita-me V. umas breves considerações sobre as tão faladas exigências. Pelo que veio a lume na imprensa, vê-se que uma delas é o afastamento do sr. Comandante Cabeçadas da governação pública, por, segundo dizem, ser político, e com políticos manter relações e compromissos, e a sua substituição pelo sr. Comandante Filomeno da Câmara, que com os srs. generais Gomes da Costa e Carmona constituiu um triunvirato ao qual seria confiada a gerência da pasta do Interior.

Simelhante imposição não resiste a dois minutos de critica imparcial e desassombrada.

Senão, vejamos;

1.º—Se o comandante Cabeçadas é político, igualmente o é o sr. tenente Filomeno, que ainda na extinta legislatura, de tão triste memória ocupou um fauteuil nas bancadas nacionalistas, não sendo portanto pálpito a vantagem de tal substituição.

2.º—Se os reclamantes pretendem que o triunvirato seja constituído por três representantes da força armada, e se indicam como delegados do Exército os que fazem parte, os nomes dos srs. generais Gomes da Costa e Carmona, justo e lógico seria que à Marinha de Guerra facultasse ampla liberdade de escolha do 3.º nome, como sendo o seu representante.

Duma maneira geral acerca da imposição, a minha opinião é que, neste conflito, o Exército apenas deve ser um fiel mandatário da Nação que lhe paga, e que, portanto, a nenhum dos seus membros assiste o direito de se veler a oportunidade para fazer vingar caprichos menos legítimos ou pontos de vista estritamente pessoais, que o País não perfitia nem aplaude.

O que a Nação unanimemente reclama é um governo que honestamente administre os dinheiros públicos, e que sem complacências nem tibiezas criminosa castigue todos os delinqüentes aos quais conveniências políticas hajam até hoje garantido a impunidade.

Ésta é que me parece ser a vontade da Nação que o Exército tem por dever fazer executar sem tergiversações e para essa empresa reconheço ao governo tal qual está competência e capacidade mais do que suficiente.

Está-se ou não a conhecer que os tais comités militares são obra de monárquicos distorcidos, como anteriormente a 19 de Janeiro?

E' por isso que os oficiais do regimento 32, de Penafiel, «que desde os momentos incertos se colocou ao lado do movimento, declararam publicamente que nada têm nem querem ligações com qualquer comité, cumprindo unicamente as ordens do general Gomes da Costa.»

E' por isso também que o espírito público, que se interessa pela marcha dos acontecimentos e se conserva apreensivo pelas prováveis surpresas, leu, avidamente, aqueles informes sobre o encontro com os delegados da 3.ª divisão que o delegado da 6.ª divisão, de Vila Real, teve em Lisboa, e em cuja reunião o último representante de Vila Real, tenente Silva, teria dito que «as reclamações das tropas da 3.ª divisão não tinham absolutamente importância»; que «alguns oficiais, em número muito diminuto, chefiados por dois indivíduos que tinham um papel importante na Traulitânia, haviam desistido de certos popólos, em face dos oficiais que se encontram no sul lhes mandar dizer que não tinham força suficiente para qualquer tentativa revolucionária...».

Estas notícias, transcritas pela imprensa de cá do jornal *A Tarde*, foram bastante comentadas, porque ninguém desconhece que há oficiais da... Traulitânia que tentam embarcar tudo...

Estes testemunhos são óptimos... A declaração de que a 6.ª divisão só obedece a Mendes Cabeçadas foi bem recebida.

Que está na força?

Um protesto contra uma fanfarra-nada iníqua

A Direcção do Sindicato dos Compositores Tipográficos, apreciando as palavras do sr. Mousinho de Albuquerque publicadas na imprensa e nas quais afirmou que a vida dum jornal dependia da ação de três soldados, resolvem lavrar, o seu mais veemente protesto contra tais afirmações, lamentando que as pessoas investidas na salvaguarda nacional tenham em tão pouca consideração a vida dos jornais e a de quem neles trabalha.

«A BATALHA» no Funchal vende-se no Bureau de La Presse.

Informações sociais

(Da Repartição Internacional do Trabalho, da Sociedade das Nações)

Situação mineira

Na reunião do Comité da Federação Internacional dos Mineiros, em Bruxelas, verificou-se que o único modo de melhorar a crise carbonífera seria regularizar a produção e a distribuição. Resolveu mais auxiliar os mineiros britânicos na defesa do seu nível de vida recorrendo, em caso de necessidade, a uma greve internacional de simpatia.

Sobre a crise carvoeira o último número das *Informações Sociais* insere os seguintes exclarecimentos:

Na Inglaterra era extraordinariamente crítica a situação em Abril. O comité industrial do congresso dos Sindicatos protestou contra o facto dos proprietários das minas haverem abandonado as negociações nacionais com o propósito de fazerem negociações regionais. O secretário da Federação dos Mineiros afirmou que em nenhum distrito os mineiros aceitariam o convite dos proprietários, nem acordos ou fixariam percentagem.

Na Alemanha, a associação dos proprietários de minas estuda o assunto, e numa reunião foi preconizado o estabelecimento de um acordo sobre as quantidades e preços para exportação. Em fins de Janeiro o comité da Federação dos Mineiros afirmou que em nenhum distrito os proprietários aceitariam o convite dos proprietários, nem acordos ou fixariam percentagem.

Na Alemanha, a associação dos proprietários de minas estuda o assunto, e numa reunião foi preconizado o estabelecimento de um acordo sobre as quantidades e preços para exportação. Em fins de Janeiro o comité da Federação dos Mineiros afirmou que em nenhum distrito os proprietários aceitariam o convite dos proprietários, nem acordos ou fixariam percentagem.

Na Itália era extraordinariamente crítica a situação em Abril. O comité industrial do congresso dos Sindicatos protestou contra o facto dos proprietários das minas haverem abandonado as negociações nacionais com o propósito de fazerem negociações regionais. O secretário da Federação dos Mineiros afirmou que em nenhum distrito os mineiros aceitariam o convite dos proprietários, nem acordos ou fixariam percentagem.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925, calculando-se que no corrente ano atinja 51 milhões de toneladas a pesar da dificuldade de transporte.

Na Itália a importação no ano passado foi de 10.500.000 ton. Durante os últimos meses os representantes do *Exportog* conseguiram que 170 empresas italianas comprem de futuro carvão procedente da Rússia meridional.

Na Espanha a produção em 1925 foi de 6.251.584 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Espanha a produção em 1925 foi de 6.251.584 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.000 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Polónia a produção elevou-se a